

NO PINTCHA

ORGAO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMACAO E CULTURA

REDACCAO, ADMINISTRACAO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONES: 3713/3726/3728

B155A

Empresas de Seguros reúnem em S. Vicente

O camarada Rui Barreto, Presidente dos Seguros e Previdência representa a República da Guiné-Bissau numa reunião de entidades seguradoras que se iniciou ontem em S. Vicente, devendo terminar no próximo dia 29.

Nesta reunião, além do nosso país estão representadas delegações de Angola, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Cabo Verde. Segundo nos informou o camarada Rui Barreto, antes da sua partida, esta reunião tem como objectivo combinar a cooperação entre as seguradoras destes países irmãos e debruçar-se sobre o programa de acção para os próximos anos.

Durante as sessões de trabalho serão estudados os problemas ligados aos seguros e como se processa em cada um desses países a segurança social.

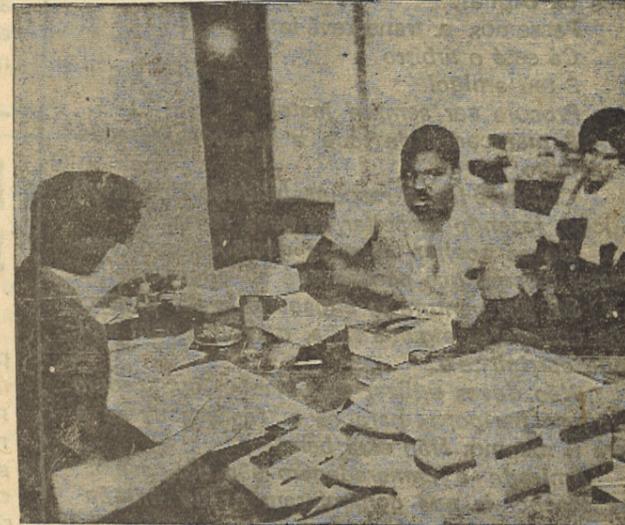
OUA reconhece direito à autodeterminação do Sahara

KARTUM — O Comité dos «Sábios» da OUA, encarregado de estudar a questão do Sahara Ocidental, reconheceu ao povo saharaoui o seu direito à autodeterminação, num comunicado comum publicado no final da reunião realizada em Kartum, sob a presidência do general Gaafar El-Nimeiry, presidente em exercício da OUA.

O comité decidiu também apresentar algumas recomendações a este respeito à próxima cimeira da OUA em Monróvia, e convidou as partes implicadas no conflito a «cessar-fogo imediatamente».

Por outro lado, o presidente Nimeiry, na sua qualidade de presidente em exercício da OUA

(Cont. na página 8)



A delegação do BID seguindo atentamente as explicações do técnico francês Humbert Thiery responsável do projecto da mancarra de Bafatá

Concedidos créditos agrícolas a Combatentes da Liberdade da Pátria

O Conselho dos Comissários de Estado concedeu um crédito agrícola de mil contos a agricultores antigos combatentes da liberdade da pátria, para o ano de 1979. A proposta foi apresentada pelo Comissariado de Estado dos Combatentes da Liberdade da Pátria, a partir de diversos pedidos de militantes, com vista a solução dos problemas que dificultam o seu trabalho no campo.

Esse crédito, cuja amortização é obrigatória mas sem juros, destina-se essencialmente aos antigos combatentes que, por razões familiares, desejaram desmobilizar-se e re-

iniciarem normalmente o seu trabalho junto das famílias no campo.

O crédito está fixado em cem contos como máximo por cada interessado e, até ao momento, dez

camaradas já receberam 50 por cento do mesmo. O Comissário Paulo Correia, dos Combatentes da Liberdade da Pátria, explicou que foi já entregue metade dessa quantia por elemento, dada a necessidade de efectuar tal concessão por etapas, pois a resolução ainda não passa de uma experiência com implicações nos resultados finais.

Assim, o Banco Nacional da Guiné-Bissau, quan-

do mais tarde tiver a responsabilidade exclusiva de fornecer crédito, através de um fundo de fomento agrícola que projecta criar, passará a exigir certas formalidades a respeito dos agricultores abrangidos pelo crédito, o que não acontece ainda com os antigos combatentes.

A não exigência de tais formalidades (registo de

(Continua na página 8)

Banco Islâmico participa com 30 por cento do complexo do Cumeré

O Banco Islâmico de Desenvolvimento (BID) vai participar com 30 por cento do capital social da empresa mista agro-industrial de Cumeré, cujo investimento se encontra estimado em cerca de 21 milhões de dólares, informou-nos o responsável do departamento de África do Banco, dr. Abou Diakite, que visitou o nosso país durante uma semana.

Os restantes 70 por cento do capital social, pertencem ao Governo da Guiné-Bissau, e encontram-se em fase de realização a partir de empréstimos internacionais.

Segundo nos afirmou dr. Abou Diakite, «consideramos este projecto muito importante porque vai permitir a valorização nacional da mancarra».

(Cont. na página 8)

Suspensa a venda de Divisas

(pág-8)



Moçambique comemorou aniversário da independência

(pág-centrais)



Campanha de politização das empresas angolanas

(pág-7)



Arroz: tema de reunião dos técnicos agrícolas

Vários problemas de cultura do arroz e em especial os factores que influem no desenvolvimento desse produto, essencial à alimentação no nosso País, serão discutidos durante três dias (com início a partir de hoje) pelos técnicos do Desenvolvimento Rural, no seu «Terceiro Encontro Nacional de Técnicos de Arroz».

(Cont. na página 8)

A JAAC apela à disciplina

A disciplina é um elemento fundamental para o êxito de qualquer actividade. No caso concreto da competição na modalidade de futebol — uma forma não só de incentivar o desporto de massas que se pretende criar na nossa terra, como também de proporcionar novos conhecimentos e amizades entre os jovens participantes — que a JAAC, através do seu Departamento de Cultura, Desporto e Recreação está a levar a cabo, este elemento torna-se ainda mais indispensável. Deve constituir para cada jovem atleta, a sua principal preocupação. Daí a razão porque a nossa organização juvenil emitiu uma nota onde apela aos desportistas à portarem-se bem dentro do terreno de jogo, e a qual distribuiu aos clubes, podendo-se ainda encontrá-la em várias montras das lojas comerciais da capital.

Passámos a transcrevê-la:

Cá está o árbitro

É teu amigo!

Procura ser sempre justo!

É merecedor de toda a tua consideração e respeito.

Compete-lhe a responsabilidade de dirigir o jogo, fazendo respeitar as suas regras.

Deves aceitar as suas decisões sem protestar mesmo que penses que se enganou.

Se, por ventura te enganares e por distração cometeres alguma falta, o árbitro com amizade corrigir-te-á.

Não deves utilizar os objectos que podem tornar-se perigosos para os outros jogadores e para ti mesmo. Não está bem!

Amizade e camaradagem são dois aspectos essenciais que demonstram a tua militância.

JAAC

Alerta aos representantes do futebol guineense

Camarada Director:

Permita-me utilizar estas colunas, para alertar os nossos futuros representantes no futebol, nas próximas competições internacionais, Benfica e Bula, para que comecem a pensar desde já no melhoramento dos seus plantéis. Caso isso seja impossível, que comecem daqui a pouco com a preparação. Há quem diga que é muito cedo pensar-se nisso, mas há factos que me levam a preocupar-me bastante. Um deles é o êxodo dos nossos jovens futebolistas para a antiga «Metrópole» que se tornou moda ultimamente. A propósito disso, pergunto: quem é que me garante que estes dois clubes, para não citar mais nomes, não deixarão de contar nas suas fileiras na próxima época de um ou mais elemento influente na manobra dos seus «teams»?

Portugal passa a formar quadros guineenses da Agricultura

A delegação portuguesa de Agricultura que regressou no sábado passado ao seu país, foi recebida pelo camarada Presidente Luiz Cabral e pelo camarada Comissário Principal, João Bernardo Vieira. Nas audiências, foram abordados de uma forma global, todos os problemas que se enquadram no domínio da agricultura na República da Guiné-Bissau e as formas de fomentar a coope-

ração com Portugal neste sector importante da nossa vida.

Durante a sua permanência no nosso país, a delegação formada por quatro engenheiros agrónomos, manteve contactos com responsáveis nacionais de agricultura, onde foram apreciados todos os planos de desenvolvimento, na tentativa de solucionar os problemas que a Guiné-Bissau enfrenta no

plano agrícola. Estudou-se a possibilidade da vinda de especialistas portugueses, formação de quadros tanto no país como no exterior e as questões referentes ao abastecimento e exportação de produtos agrícolas nacionais, tendo em vista o problema de divisas.

Ainda durante a sua estadia, a delegação visitou campos cultivados nos arredores de Bissau, o Com-

plexo Agro-Industrial de Cumeré, o Centro de Extensão Rural de Bachile, o centro experimental de Contuboeil e o projecto do algodão, em Bafatá.

Seminário sobre contrato Internacional

Seguiu no sábado passado para a França, o camarada Arlindo Vicente Silva, director-geral dos Assuntos Sociais do Commissariado da Justiça que, naquele país, irá representar o nosso, num seminário sobre os «Direitos dos Contratos Internacionais» que terá lugar em Bissau, em Novembro próximo.

Depois desta missão, o camarada Arlindo Silva analisará nos Estados Unidos da América as consequências jurídicas e financeiras das alterações dos Estatutos do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que a Guiné-Bissau é Estado membro.

Produto da «Titina Silá» no mercado português

Depois de ter participado no Congresso de técnicos cervejeiros da Europa, realizado em Berlim, regressou na manhã de sábado à nossa capital, o camarada João Cardoso, director-geral da Indústria Alimentar.

Ainda nesta sua viagem, o camarada João Cardoso esteve na Suécia com o objectivo de estudar as possibilidades de cooperação com as empresas suecas e de uma maneira geral, com as empresas escandinavas referente à transferência de tecnologia e todo o tipo de cooperação que essas empresas nos poderão conceder nesta nossa fase de desenvolvimento.

De regresso ao país, o director-geral da Indústria Alimentar esteve em Portugal, com a finalidade de fazer uma reunião prepara-

tória com as associadas portuguesas. Durante a sua estadia em Lisboa, João Cardoso visitou as fábricas de enchimento de água e discutiu com as nossas associadas portuguesas aspectos relacionados com o desenvolvimento da Cicer.

Por outro lado, estabeleceu contactos com em-

presas exportadoras no sentido do aproveitamento dos produtos da fábrica «Titina Silá». Neste aspecto, informou-nos que já tinham sido enviadas algumas amostras para se calcular o custo das mesmas no mercado português, no sentido de alargar o leque dos nossos produtos de exportação.

Contactos entre responsáveis de Educação da Guiné e Cabo Verde

A camarada Lilica Boal, directora-geral de Coordenação do Commissariado de Estado da Educação Nacional, regressou no sábado passado a Bissau, procedente da Praia, onde se tinha deslocado no quadro das decisões emanadas da II Conferência Intergover-

namental Guiné-Bissau/Cabo Verde.

Neste contexto, a camarada Lilica Boal manteve contactos com os principais responsáveis caboverdianos no domínio da Educação, nomeadamente com o camarada Carlos Reis, Ministro da Educação, João Quirino

Spencer, secretário-geral do mesmo Ministério e com os responsáveis ligados à formação de quadros e ao gabinete de estudos. As conversações entre as duas partes incidiram principalmente na elaboração de manuais comuns.

Responde o povo

Já visitou o complexo do Cumeré?

O Complexo Industrial de Cumeré já se encontra numa fase muito avançada. Trata-se de uma «friquilha» do desenvolvimento do nosso país e por isso saímos à rua e perguntámos a alguns populares que perspectivas esperam do complexo de Cumeré. Todos os nossos inquiridos manifestaram o desejo de conhecer o Cumeré e de se inteirarem do andamento daquele tão grande empreendimento. Também notámos que estão conscientes da importância que ele pode ter para a nossa terra.

VAI PERMITIR O DESENVOLVIMENTO DA NOSSA ECONOMIA

Em primeiro lugar abordámos Francisco Monteiro de 22 anos, professor, que nos afirmou que não conhece o Cumeré, «embora gostasse muito de o conhecer». Disse que através do nosso jornal e dos discursos dos nossos dirigentes, pode constatar a importância que tem o

complexo industrial que aí está a ser construído, e concluiu manifestando a necessidade de lá ir urgentemente, dado o estado da construção em que ele se encontra.

«Devo dizer que este empreendimento não só vai desenvolver a nossa economia, mas também a nossa agricultura pois que todas as transformações que nele se verificarão é à base da nossa agricul-

tura». Francisco Monteiro, disse ainda que com a conclusão dessa fábrica e o seu posterior funcionamento «podemos ficar mesmo encorajados porque uma parte da nossa economia está firme».

FUTURAMENTE ARTIGOS DE 1.ª NECESSIDADE NÃO FALTARÃO

«Eu nunca fui a Cumeré não obstante o meu desejo de lá ir para ver, aquela grande fábrica que lá temos». Assim começou por nos afirmar a funcionária, Lucinda Saad Monteiro Pires, de 37 anos, que pensa que esta fábrica se reveste de uma

importância capital para o desenvolvimento da economia do nosso país. Afirmou de que «futuramente poderemos ter artigos de primeira necessidade e pouco a pouco atingiremos aquela fase do desenvolvimento que todos nós desejamos».

Lucinda Saad Monteiro Pires, manifestou o desejo de poder ver as pessoas que são mesmo capazes de dirigirem a fábrica, «porque ela é a «friquilha» do desenvolvimento da nossa terra» e apelou às massas camponesas no sentido de pegarem teso para que a fábrica no futuro não pare. Enviou

saudações a todos os camponeses que pensam nessa fábrica e no desenvolvimento, portanto, no nosso país.

APOIAR OS NOSSOS CAMPONESES PARA PRODUIR OS PRODUTOS PRINCIPAIS

José Ferreira Crato, de 21 anos, professor-estudante, disse-nos que também não conhece Cumeré, mas que gostaria muito de o conhecer, porque já há muito que ouve falar deste importante projecto que no seu pleno funcionamento fabricará óleo de mancarra, sabão

e descascará arroz «produtos que de momento muita falta fazem».

José Ferreira Crato, achou que o Commissariado de Estado do Desenvolvimento Rural devia dar todo o apoio aos nossos agricultores, no sentido de cultivarem esses produtos que servirão de alimento a essa fábrica. Ele terminou lançando um apelo aos trabalhadores que se esforcem no sentido de «brevemente vermos funcionar essa fábrica que de certeza virá solucionar em parte os problemas da falta de géneros».

Melhoria do aproveitamento escolar caracterizou o ano lectivo já concluído

A preocupação de levar à prática uma maior qualidade de ensino já ministrado em Cabo Verde (uma coordenada de acção anunciada ao «Voz di Povo» no passado mês de Outubro pelo Ministro da Educação e Cultura, camarada Carlos Reis) esteve constantemente presente na acção do departamento governamental da Educação e nos estabelecimentos de Ensino, inclusivé na selecção inicial dos professores nacionais e estrangeiros. A melhoria de aproveitamento registada até ao último dia de aulas, será afirmada ainda com os resultados esperados na avaliação final dos exames nos vários graus de ensino — foi realçado ao «Voz di Povo» pelo director-geral da Educação, camarada Óscar Ribeiro.

Sessenta e duas mil e trezentas crianças e jovens terminaram esta semana a frequência das aulas dos ensinos pré-primário, primário, preparatório, liceal, comercial e industrial, do Magistério Primário e de Habilitação de Professores.

Os jardins infantis do Instituto Caboverdiano de Solidariedade e o jardim «Calouste Gulbenkian» foram frequentados, este ano, por cerca de 600 crianças. O ensino primário alargou-se a 54.492 crianças. Quatro mil e 700 jovens frequentaram as escolas do ensino preparatório. O curso geral do ensino liceal foi leccionado no Liceu «Ludgero Lima», de S. Vicente, para 538 alunos, tendo 858 frequentado os mesmos anos no Liceu «Domingos Ramos», da capital. Respectivamente, em S. Vicente e na cidade da Praia, 210 e 194 alunos participaram nas aulas do curso complementar.

A Escola Comercial e Industrial de S. Vicente foi frequentada por cerca de 800 alunos, as 2 escolas de Magistério (de formação de professores primários) foram frequentadas por 81 alunos, tendo a Escola de Habilitação de Professores de Posto registado uma frequência de 46 discentes.

Terminadas as aulas, os alunos prepararam-se intensivamente para a avaliação final da apren-

zagem concretizada ao longo do ano lectivo. Os exames já tiveram o seu início, precisamente no dia 18 para o ensino preparatório e a 22 para os ensinos liceal e técnico profissional.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES SECUNDÁRIOS

Atento às grandes dificuldades de professores capazes de leccionarem em Cabo Verde, o ensino liceal e com o objectivo de progressivamente se ir libertando da necessidade de anualmente ter de contratar muitos professores estrangeiros para o ensino secundário, o Ministério da Educação e Cultura decidiu avançar a n t e s mesmo de se concretizar o esperado auxílio da UNESCO — o primeiro Curso de Formação de Professores do Ensino Secundário começará a ser leccionado na Praia no próximo mês de Outubro.

Os ramos de ensino que prepara são três — Matemática e Desenho, Física e Química, Biologia e Geologia (Ciências Naturais), ficando os professores habilitados a leccionar duas disciplinas.

Durante quatro semestres, funcionará este curso de nível universitário, equiparado ao bacharelato em universidades estrangeiras, que será frequentado em cada grupo de duas disciplinas por 10 futuros professores

caboverdianos e da Guiné-Bissau.

Precisamente com o objectivo de ultimar a contratação, ao abrigo da cooperação bilateral Cabo Verde — Portugal, dos cinco professores que leccionarão, em Cabo Verde, este curso piloto, partiu para Lisboa a directora do Gabinete de Estudo MEC, camarada Luísa Ribeiro.

O maior interesse por esta experiência de vanguarda em Cabo Verde, tem sido demonstrado pelo professor doutor Luís Albuquerque, catedrático de Matemática da Faculdade de Ciências, de Coimbra e vice-reitor da mesma Universidade. O professor Albuquerque dará todo o apoio na implantação do curso, mas em particular na estruturação da cadeira de Matemática, que será leccionada pelo engenheiro Cardoso Ferreira, assistente do Instituto Superior Técnico em Portugal e actualmente professor cooperante do Ensino Liceal na Praia.

Química e Física será dada pelo professor doutor Jorge Veiga, também de Coimbra, vindo sua esposa, professora doutora Luísa Veiga, para leccionar a cadeira de Biologia. Também uma arquitecta portuguesa está contactada para leccionar a disciplina de Desenho.

HAVERÁ CURSO SEMELHANTE NA GUINÉ-BISSAU

Os três professores universitários de Coimbra irão a Cabo Verde na segunda quinzena do próximo mês de Julho, precisamente para ultimarem a implantação deste importante Curso de Formação de Professores para o Ensino Secundário, que deverá ser complementado por um curso seme-

lhante na Guiné-Bissau para cadeiras que não são dadas em Cabo Verde.

A frequência será constituída por 50 por cento de profissionais que já há vários anos leccionam, mas sem as necessárias habilitações e por 50 por cento de jovens habilitados com o 7.º ano completo do curso dos liceus. As aulas decorrerão no Liceu da Praia, em quatro salas, particularmente transformadas para o efeito.

PROFESSORES PRIMÁRIOS EM RECICLAGEM

Algumas iniciativas do MEC para o período das férias grandes há a registar. Um curso de reciclagem de professores primários será frequentado em S. Vicente de 3 a 22 de Setembro.

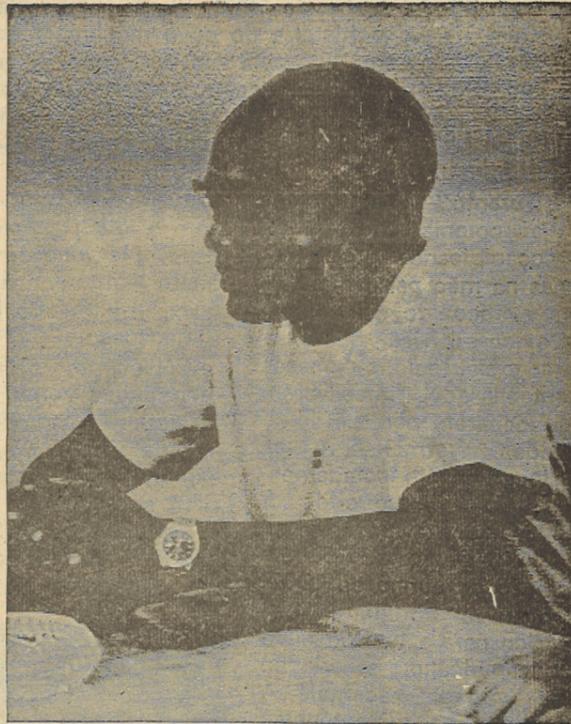
Destina-se a actualização dos conhecimentos, particularmente didáctico-pedagógicos e à actualização política. Cinquenta professores de Trabalhos Manuais dos ensinos primário e preparatório frequentarão, de 1 a 20 de Agosto próximo, na Praia, um estágio de formação e aperfeiçoamento, destinado à iniciação daqueles profissionais na pedagogia dos trabalhos manuais e à apreensão de conhecimentos para a confecção de objectos simples, a partir da utilização de materiais locais.

O MEC conta, para este efeito, com o contributo e com o apoio do Centro Nacional de Artesanato e da Cooperativa Resistência, particularmente nos domínios da tecelagem, tapeçaria, cerâmica e outros ramos de artesanato.

Cooperação Cabo Verde Senegal

O camarada José Brito, Secretário de Estado da Cooperação e Plano da República de Cabo Verde, realizou uma visita de três dias a Dakar, a convite do ministro senegales do Plano e Cooperação.

Num comunicado conjunto publicado no decorrer da visita, Cabo Verde e Senegal reafirmaram a necessidade de harmonizar os planos de desenvolvimento dos dois países. Por outro lado, sublinharam a necessidade de proceder à intensificação de certos projectos de cooperação regional, susceptíveis de financiamentos internacionais.



AMILCAR CABRAL

AS LIÇÕES DE PINDJIGUITI

Alguns combatentes, responsáveis e militantes, caíram ou foram feridos no campo de honra, batendo-se heroicamente pela libertação do nosso povo e pela realização do Programa do nosso Partido; os seus nomes ficam para sempre gravados na história do nosso país. Como é hábito, o número das nossas baixas no decorrer do ano será comunicado a todos os militantes nas reuniões do Partido ou em comícios com as populações.

Em Cabo Verde, como já dissemos, a luta toma novas forças e desenvolve-se rapidamente provocando o pânico no seio dos colonialistas portugueses, estes cometeram crimes graves contra os trabalhadores um número importante de patriotas. Apesar deste ser um facto que encaramos com muita apreensão porque conhecemos a natureza criminoso dos colonialistas portugueses, a prisão ou a condenação de compatriotas como Lineu Miranda e seus companheiros não poderiam contudo interromper a marcha da nossa luta no arquipélago. Pelo contrário — e a nossa experiência na Guiné provou-se claramente — o aumento de repressão contribuirá para dar um novo impulso à luta, para consolidar a posição do nosso Partido e para interessar camadas mais vastas da população na causa da libertação do nosso povo.

2. A NOSSA ACÇÃO

Vitórias importantes foram com efeito alcançadas pelo nosso Partido durante 1969. Mas estamos todos de acordo ao afirmarmos que, de todas as vitórias, a mais significativa é o próprio facto de termos continuado a nossa luta com êxito, de a termos desenvolvido e reforçado em todos os planos, nomeadamente no plano da acção política e armada. A continuidade e o desenvolvimento vitorioso da nossa luta armada de libertação nacional, apesar do inimigo, auxiliado pelos seus aliados, ter recorrido a todos os meios para nos esmagar, constituem não só o maior sucesso do nosso Partido e do nosso povo, mas ainda, face às perspectivas favoráveis que nós próprios criámos, o garante da derrota fatal dos criminosos colonialistas portugueses na Guiné e Cabo Verde. Este facto, reforçou em nós todos, a coragem de sempre e é o melhor presente de Ano Novo que podíamos receber nestes dias de festa em que todos os homens de boa vontade renovam as suas esperanças numa vida de justiça, e em que entre nós se encontram tantos afastados das suas famílias, integrados nesta família, maior, que é o nosso Partido, agindo unicamente ao serviço do nosso povo.

Relatório sobre a situação da luta, Janeiro de 1970 (Extractos).



A melhoria de aproveitamento escolar registada, será afirmada ainda com os resultados esperados na avaliação final dos exames nos vários graus do ensino

25 de Junho de 1962, 25 de Junho de 1975. Duas datas na história do povo moçambicano, duas fases da mesma luta pela sua libertação. A primeira, em 1962, marca a fundação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), a segunda, em 1975, marca o dia histórico da Independência Nacional.

Durante a ocupação militar colonialista, o povo moçambicano lutou de armas na mão para impedir o avanço dos invasores. Devido à divisão que existia no seu seio, os nossos antepassados fracassaram e acabaram por ser dominados. Normalmente as tribos lutavam isoladamente contra o exército colonial ou lutavam entre si.

A fundação da FRELIMO em 25 de Junho de 1962 constituiu um marco histórico para a luta do povo moçambicano; a criação da unidade nacional. A partir daí as divergências tribais, a falta de unidade e organização que caracterizavam as lutas foram relegadas para segundo plano. O mais importante agora era resolver a contradição que opunha o povo moçambicano ao colonialismo português.

Durante os dois anos que se seguiram à fundação da FRELIMO, a preparação para o desencadeamento da luta armada foi a sua principal tarefa. A recusa das autoridades portuguesas de estabelecerem um diálogo, apon-tavam a via armada como a única alternativa possível para a libertação nacional. Assim, foi enviado o primeiro contingente de guerrilheiros para treino militar na Argélia. Ao mesmo tempo iniciou-se uma campanha de mobilização da opinião pública mundial e de recolha de fundos e apoio material para a organização. No campo interno, o esclarecimento, a mobilização e organização das massas era o factor principal e a primeira tarefa para o sucesso da luta. A 25 de Setembro, de 1964 inicia-se a luta armada com os primeiros disparos em Chai que ficaram gravados na memória do povo moçambicano, como, os tiros da liberdade.

A luta armada foi expulsando o exército português de zonas cada vez mais vastas da Pátria moçambicana, libertando-se assim da administração colonial. Nessas zonas libertadas consolidaram-se as novas estruturas. Comités populares assumiram o poder, fundaram-se hospitais, escolas e cooperativas. O contacto com as populações era fácil e constante o que facilitava a mobilização. Foram construídos campos de treino. A produção aumentou devido à introdução de novas técnicas e à colectivização do trabalho.

Todas estas condições permitiram aumentar cada vez mais o efectivo das

forças populares. Estas, com o apoio crescente do povo, planificavam e punham em prática operações militares de maiores dimensões.

Entretanto, o aparecimento das zonas libertadas criava condições para a emergência dos novos exploradores. Estes queriam substituir-se aos colonialistas na exploração, queriam manter as mesmas estruturas da admi-

rejeitou e condenou a linha reaccionária no seio da Frente que conduziria à instalação dos novos exploradores como classe dominante em substituição dos colonialistas.

O reforço da unidade interna da FRELIMO e a consolidação da linha revolucionária, provocaram importantes vitórias no campo militar. As gran-

e consequência dessa derrota. Seguiram-se manobras neocoloniais da burguesia colonial em aliança com a burguesia interna para manter a exploração capitalista no nosso País.

Mas a vontade firme do povo moçambicano, sob a direcção da FRELIMO, fez com que se desmasca-rassem desde o primeiro

dependência e a transferir os poderes para a FRELIMO, seu único e legítimo representante.

INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Em 25 de Junho de 1975 é proclamada a Independência Nacional e criada a República Popular de Moçambique, primeiro Estado de operários e camponeses do Povo moçambicano.

A comemoração de mais um aniversário da Independência Nacional deve constituir para nós mais um ponto de reflexão e inspiração para a nova fase da luta.

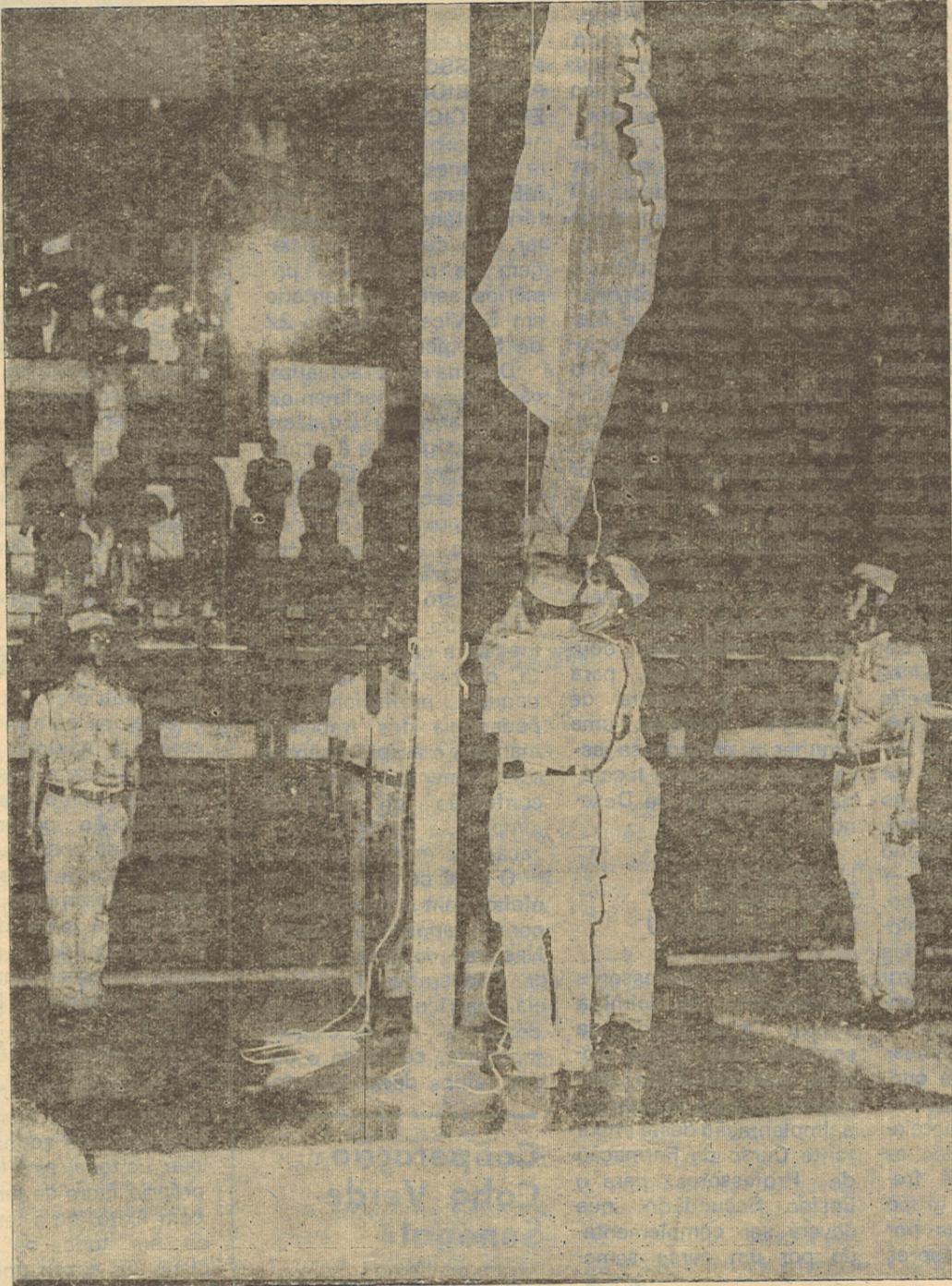
Quando em 1964, em Chai, se dispararam os primeiros tiros para a libertação, parecia uma tarefa gigantesca e quase impossível. Eram duzentos homens mal armados contra um exército colonial moderno, com armas sofisticadas e que contava com o apoio material e militar das potências ocidentais. A determinação e coragem do povo moçambicano a nossa certeza na vitória, porque era uma luta justa, fez com que se fizesse das fraquezas, forças e galvanizássemos todo o povo para a participação na luta até à vitória final.

Hoje o nosso povo livre e independente constrói o seu próprio futuro. A reconstrução do país, saído das ruínas do colonialismo e do atraso económico a que foi submetido, mais uma vez parece uma tarefa gigantesca e quase impossível. Chai deve ser um estímulo e exemplo da determinação e coragem do nosso Povo. Da mesma forma com que iniciamos uma luta armada de libertação nacional com os fracos recursos de que dispúnhamos, grandes são hoje também as dificuldades na reconstrução nacional e na criação das bases materiais e ideológicas para a passagem à sociedade Socialista. É uma tarefa grandiosa que exige sacrifícios, como os sacrifícios consentidos pelos heróis tombados durante os dez anos de luta pela libertação do país. Hoje como ontem a nossa força é o Povo, organizado pela sua vanguarda revolucionária.

Ao celebrarmos mais uma vez o aniversário da Independência Nacional, devemos reflectir e assumir o que ela significa para nós. Na realidade, muitos povos colonizados alcançaram a sua indepen-

dência, mas para muitos anos, ainda vivem a viver na ruína e sob a exploração das novas classes exploradoras nos seus países, uma bandeira, um exército e um governo próprio, mas as aspirações do povo de ter um livre e melhor não são satisfeitas.

Para nós a Independência passa pela liquidação da exploração do homem pelo homem e da independência económica e ligação ao Império. Será assim que as forças populares de vida livre e melhor e garantidas. Só assim satisfaremos gradualmente todas as necessidades materiais e espirituais das massas trabalhadoras para este combate à construção de uma sociedade seja difícil, organizados e dirigidos pelo nosso Partido Vanguarda FRELIMO mostramos cada vez mais que a vitória é para a nossa Pátria. Para avaliarmos o seu profundo significado da independência, de



25 de Junho de 1975 — o içar da bandeira nacional marcava uma nova etapa na luta do heróico povo moçambicano

nistração colonial e as estruturas de opressão dos régulos. Queriam enriquecer à custa da exploração do trabalho das populações nas zonas libertadas. As próprias massas populares os denunciaram aos combatentes, a sua vanguarda revolucionária. O povo, cansado da exploração e opressão colonial e determinado a obter a sua libertação, vai precisando o conteúdo e objectivos de classe da luta. Foi o povo organizado e os militantes mais conscientes quem

des derrotas infligidas pelo nosso Povo ao exército colonial provocaram assim importantes mudanças políticas na própria metrópole. Depois da derrota da operação «NóGórdio», — grande ofensiva militar do exército colonial português com o objectivo de derrotar a FRELIMO — os oficiais portugueses sentiram que estava perdida a guerra. O golpe de Estado, que se seguiu em 25 de Abril de 1975, em Portugal, não foi senão a confirmação

momento estas manobras. As massas populares do Rovuma ao Maputo, isolaram e neutralizaram as organizações fantoches que pretendiam servir de alternativa à FRELIMO. Ao mesmo tempo, as Forças Populares intensificaram os combates, demonstrando claramente que a FRELIMO era a única organização com a qual o governo português devia negociar. Assim, o governo de Lisboa foi obrigado a reconhecer o direito do Povo moçambicano à in-



«Eu localizo o meu interesse por política na minha primeira infância quando as minhas avós costumavam falar-me da opressão sob a qual viviam, perpetrada pelos colonialistas portugueses».

Nasci em Junho de 1920 numa aldeia de Moçambique... distrito de Manjacaze, vila de Gaza. O meu pai e a minha mãe eram pessoas tradicionais pertencendo à cultura da velha África, sem nenhum contacto significativo com quaisquer aspectos da cultura Ocidental, tal como o cristianismo. Não sei ler nem escrever. Pelo contrário, eram pessoas inabaláveis da religião tradicional dos povos da África Austral, veneravam ou adoravam os seus antepassados.

Junho de 1975

povo moçambicano

fazer um balanço das nossas vitórias durante estes poucos anos de existência da nossa República Popular livre e independente. Em poucos anos de independência avançamos mais do que em séculos de dominação, mais do que outros povos tornados independentes antes de nós. E isto, porque nesses países não existe um Partido de Vanguarda nem um Estado Popular como o nosso.

Pela primeira vez na história do Povo moçambicano são os trabalhadores, operários e camponeses que exercem o poder, enquadrados nas Assembleias do Povo. O Poder Popular já edificado nas zonas libertadas estende-se a todo o País. Iniciamos o combate pela destruição dos vestígios do colonialismo no aparelho do Estado, nas estruturas sociais e nas mentalidades. A terra que durante séculos foi pilhada e roubada ao Povo pelos latifundiários e grandes companhias coloniais, foi recuperada pelo Povo.

A medicina que fazia da saúde um privilégio para a burguesia colonial, foi nacionalizada, passando a estar ao serviço do Povo. Foram nacionalizadas as agências funerárias, terminando assim o comércio da morte. Com a nacionalização do ensino, os filhos dos operários e camponeses adquiriram o direito de ir à escola e a ciência deixou de ser um instrumento de alienação e exploração. Pôs-se fim ao comércio da justiça e em todo o país foram criados os Tribunais Populares. A nacionalização dos prédios de rendimento permitiu acabar com a discriminação social nas nossas cidades e tornar as rendas mais acessíveis a todos os trabalhadores.

Começamos a construir uma economia planificada para que a produção em todos os sectores esteja orientada à satisfação das necessidades materiais do Povo. O controlo do Estado na economia é cada vez maior, impedindo assim que os sectores

vitais do país sofram a sabotagem e manobras capitalistas tendentes a travar o avanço das conquistas dos trabalhadores. Surgem assim por todo o país as empresas estatais como o Petromoc e a Carbomoc. Do Rovuma a Maputo, trabalhadores artesãos e camponeses organizam-se em cooperativas de produção como forma de liquidar a exploração do homem pelo homem. Com a formação de Aldeias Comuns dá-se o início a uma nova vida colectiva e criam-se condições para estender os benefícios da cidade ao campo.

Pela dimensão destas conquistas do Povo, podemos avaliar o verdadeiro significado e a importância da nossa independência. Comemoramos mais um aniversário da Independência Nacional é sabermos valorizar estas conquistas do nosso Povo. É estarmos à altura das nossas responsabilidades, os alunos intensificando os seus estudos para me-



lhor dominar a ciência e a técnica, empregando-as ao serviço do Povo, os professores aumentando os seus métodos de tra-

balho para serem realmente educadores da nossa juventude. O maior conhecimento da linha política do Partido Frelimo,

a sua profunda interiorização fará dos professores educadores verdadeiros filhos da classe operária e dos camponeses

EDUARDO MONDLANE — CONSTRUTOR DA UNIDADE NACIONAL

cultivo da terra incluindo a criação de gado, era o seu meio de subsistência.

A minha infância foi portanto passada nos campos e pastagens, guardando vacas e cabras, com centenas de crianças da mesma idade. O contacto real com o mundo dos homens foi feito durante este período que durou dos 5 aos 12 anos de idade... O meu engajamento contra o colonialismo sob uma outra forma, data da minha infância.

(...)
Os meus pais morreram quando eu ainda era bastante novo, tendo o meu pai morrido quando eu tinha apenas 2 anos e a minha mãe quando eu tinha 13. Iniciei a vida como a maioria das crianças moçambicanas, numa aldeia absorvendo as tradições da minha tribo e da minha família. O facto de ter ido à escola deve-se à lucidez da minha mãe, (...) mulher de considerável carácter e inteligência. Ao tentar continuar os meus estudos após a escola primária, eu sofri todas as frustrações e dificuldades que uma criança que procurasse penetrar no sistema colonialista necessariamente sofria.

Mas a constante perseguição política que a

maior parte dos estudantes africanos sofria em Lisboa, nesse tempo (1950-51), forçou-me a procurar outro país onde pudesse continuar os meus estudos universitários (...) de 1951 a 1956 frequentei o «Oberlin College», em Ohio e a «North Western University», em Evanston, no Illinois, onde obtive o bacharelato, a licenciatura e o doutoramento em sociologia e antropologia.

Entretanto, mantive-me sempre em contacto com os acontecimentos em Moçambique e convenci-me gradualmente através do que eu sabia e conhecia e por esporádicos contactos através da ONU com diplomatas portugueses que as pressões normais políticas ou simples agitação não afectariam a posição portuguesa.

Em Fevereiro de 1961 fui a Moçambique após 10 anos de ausência. (...) Consegui estabelecer contactos com as massas africanas e auscultar os seus sentimentos no que respeita a uma independência do jugo colonialista português. Foi depois desta viagem que definitivamente decidi deixar as Nações Unidas e regressar a África para organizar o movimento de libertação nacional, inci-

tando o povo de Moçambique para a luta de independência...

(...) Pouco tempo depois da independência do Tanganica (1961), estabeleci contactos com muitos milhares de moçambicanos... refugiados na África Oriental e concordámos em fazer uma conferência em Dar-es-Salam, em Junho de 1962, para formar um movimento nacionalista unido. Foi nessa conferência que fui eleito Presidente da Frente de Libertação de Moçambique.

Eu estabelecera contactos com todos os movimentos e partidos que por essa altura se tinham já formado para lutar contra o colonialismo em Moçambique (...) e encontrara-me entre aqueles que procuravam por todas as formas conseguir que eles se unissem em 1961 e 1962.

Os moçambicanos que em 1962 se reuniram em Dar-es-Salam, representavam juntos todas as regiões de Moçambique e todos os sectores da população. Quase todos tinham alguma experiência de resistência contra o colonialismo e tinham sofrido as represálias que normalmente se seguiam a esse facto (...).

Após Setembro de

1962, nós tínhamos um só partido e as bases de uma política mas estávamos ainda muito longe de uma luta de libertação nacional. Foram necessários dois anos de trabalho incessante e muito duro, planeando e aprendendo com os nossos erros e falhanços antes de estarmos aptos para nos lançarmos decididamente no caminho da libertação.

(...)

(...) Desde Março de 1963 trabalho com os milhares de nacionalistas moçambicanos que estão engajados na libertação do meu país.

(...)

Talvez queiram saber quando é que me interessei por política pela primeira vez. Eu localizo o meu interesse por política na minha primeira infância, quando as minhas mães costumavam falar acerca da opressão sob a qual viviam, perpetrada pelos colonialistas portugueses. Lembro-me claramente de muitas ocasiões em que os meus irmãos tiveram que fugir para a África do Sul, para evitar serem forçados a trabalhar para os agricultores portugueses ou para os donos das plantações, ou ainda para o próprio go-

verno, por um salário irrisório. Consequentemente, passei a maior parte dos meus primeiros anos de infância sem qualquer contacto com os meus irmãos mais velhos. As mulheres deixadas em casa tinham que prover a si próprias o melhor que podiam. Elas foram várias vezes presas e mandadas para a cadeia pelas autoridades portuguesas, porque os seus filhos que estavam na África do Sul não mandavam os seus impostos anuais.

(...)

O desejo de combater (...) e libertar o meu povo foi intensificado depois de eu ter sido expulso da África do Sul em 1949. Foi durante esse ano que organizei a primeira União dos Estudantes Moçambicanos (...) cujos dirigentes foram aprisionados pelo governo português.

Apesar de eu gostar da vida universitária acima de qualquer outra coisa no mundo, decidi dedicar o resto da minha vida à luta de libertação até à independência do meu país. Acredito nisso, pois o Povo moçambicano está agora preparado para lutar pela sua liberdade e

será livre, não obstante as tentativas que o governo português e os seus aliados imperialistas possam fazer para impedir». (Extracto da Autobiografia de Eduardo Mondlane).

Os momentos mais importantes da vida do Presidente Eduardo Mondlane que aqui apresentamos por ele próprio narrados são para nós uma lição de como se constrói uma vida. Os homens não nascem feitos. Fazem-se. Qualquer um de nós, mesmo o que o conduziu a um dos países da Pátria, a sua dedicação, o seu compromisso por serviço à causa do seu Povo. Ele sacrificou coisas queridas. Soube colocar os interesses da Pátria acima dos seus interesses pessoais. Sacrificou a sua própria vida. Mas tudo não é algo que se faz sem esforço, sem luta, combate quotidiano.

Para as nossas escolas onde milhares de moçambicanos se formam e forjam, a figura de Eduardo Mondlane deve ser exemplo vivo do militante que se constrói dia-a-dia em ligação estreita com as massas e no esforço constante de dominação da ciência para melhor servir o Povo.

Ao vencer o Benfica por 2-1

Bula leva a taça da Guiné para o interior do país

A Taça da Guiné-Bissau da época 1978/1979 foi para o interior, facto que pela primeira vez acontece no nosso futebol. O seu vencedor chama-se Bula Futebol Clube e é um dos representantes do futebol do nordeste do país. Venceu anteontem, na final, o Benfica, por 2-1 e teve a honra de receber o troféu das mãos do camarada Umaro Djaló, membro da Comissão Permanente do C.E.L. e Comissário das Forças Armadas.

Saliente-se desde já que com esta vitória, o Bula F.C. não só viu enriquecida as páginas da história do seu futebol, mas de uma maneira geral, prestigiou o futebol do interior. E por falar nisso, recordamos aqui outra grande proeza que o futebol do interior cometera logo após a independência com a conquista do primeiro título nacional de futebol pelo «Balantas» de Mansoa.

Sobre esta merecida e inesquecível vitória dos bulistas, torna-se necessário descrevermos, de passagem, o ponto mais quente da festa. Os homens de Bula começaram a festa na passada quarta-feira, com uma vitória de sabor especial na marcação de grandes penalidades, sobre a equipa das FARP que era tida como parceira do Benfica na final. A partir daí, o Bula ganhara o direito de representar o país na próxima competição internacio-

nal da Taça das Taças de África, pois, o seu adversário na final, o Benfica, tinha também assegurada a sua participação noutra competição internacional a nível do nosso continente — Taça dos Clubes Campeões.

As duas equipas tinham atingido, assim, os principais objectivos. Mas isso não conseguiu mesmo tirar interesse ao jogo. O Benfica quis fechar a época com «chave de ouro» e para isso, fez no decorrer da semana, treinos pu-

xados e estagiou bem. O Bula por seu lado, não queria ser um «aproveita oportunidades». Queria mostrar aos desportistas que participará na competição africana como vencedor da Taça do país que irá representar e não como um simples finalista.

Estes conjuntos de facto, fizeram deste jogo da final, uma partida a doer. Mas antes, todo o favoritismo era dado aos campeões nacionais. No 58º minuto, todos estes vaticínios pareciam tornar-se realidade, quando lano pôs inesperadamente a sua equipa a ganhar por 1-0. Vieram depois aqueles dois golões — o de lano também fora um golão — de Bula, e a Taça acabou por não ficar em Bissau.

Quatro cantos favoráveis ao Bula, um para o Benfica e um golo certo que o lateral esquerdo do Bula, Vitorino, salvou sobre a linha de golo, foram, as ocasiões mais favoráveis a golo criadas nos

primeiros 45 minutos em ambos os lados.

O Bula conseguiu nos primeiros 20 minutos deste período inicial, ser mais equipa no capítulo de assédio à baliza contrária do que o seu antagonista. Os seus ataques eram ensaiados à base de pontapés compridos para os extremos, onde actuavam e muito bem, Rui Casimiro e Costa. Uma ou outra vez utilizavam o corredor central. A técnica de alguns jogadores «encarnados», como é o caso do médio Nhama, (estrela da equipa benfiquista de domingo), viria a valer aos campeões nacionais um certo equilíbrio depois da primeira meia hora de jogo. A primeira parte terminou com o resultado em branco.

2.ª PARTE

Os minutos iniciais da segunda parte decorreram com o Benfica a evidenciar maior acutilância, tentando surpreender o seu adversário. Contudo,

foi o Bula que viria a criar o primeiro sinal de perigo, aos 5 minutos do período complementar.

Rui Casimiro que jogara na primeira parte na extrema-esquerda do seu ataque, passou para a direita, no início da segunda parte. Solicitado por um companheiro, Rui Casimiro evita todos os adversários que lhe apareciam pela frente, mas o remate final sai-lhe fraco e à figura de Abel. Gora-se assim uma excelente ocasião de golo para a turma de Bula. Ao contrário disso e quando menos se esperava, o Benfica marca o primeiro golo da partida, aos 13 minutos, num contra-ataque rápido, conduzido, na extrema direita, por Boy. Foi seu autor o médio esquerdo lano, oportuno no remate final.

Aos 20 minutos, o Bula fez sair Veríssimo, entrando Uri que foi dar maior energia à sua equipa.

Passaram apenas 17 minutos quando Rui Casimiro numa jogada espectacular, estabeleceu a igualdade. No meio campo defendido pelos benfiquistas, Zinho que entrara no início da 2.ª parte a substituir Monteiro, endossa o esférico e Rui Casimiro sempre ele, tira facilmente do caminho Nuno e Zeca Mateus e desfeiteia, seguidamente, o

guarda-redes Abel, com um chapeu.

A partir daí, o jogo ganhou mais emoção. Ambas as balizas foram várias vezes assediadas. Aos 33 minutos, o Benfica tentou reforçar o seu ataque com a entrada de Carlos Mané para o lugar de Pita. Mas foi o Bula que voltou a marcar, decorria o minuto 39. Foi seu autor Zinho que culminou com remate bem colocado uma jogada toda ela trabalhada pelo categorizado Rui Casimiro. Estava assim encontrado o vencedor da final que foi largamente ovacionado depois do último apito do árbitro, por centenas de assistentes.

Constituição das equipas:

ARBITRAGEM: Remiro Morgado coadjuvado por Orlando Furtado e Velez.

BENFICA: — Abel, Agostinho, Zeca Mateus, Zé Mané e Nuno, Nhama, Niná (cap.) e lano; Boy, Pita e M'Pinté. SUPLENTE — Bernardo, Bubacar, Djôb, Carlos Mané e Borá.

BULA: — Pier; Leonardo, Pascoal, Cassamá e Victorino; Pedro Correia, Gil (cap) e Monteiro; Rui Casimiro, Veríssimo e Costa. SUPLENTE — Seidi, Luis, Uri, Teófilo e Epifânio.

Iniciou 1.º campeonato de futebol do "defeso" do Sector Autónomo de Bissau

Teve início na tarde de sábado passado, no Estádio Lino Correia, em Bissau, o primeiro campeonato de futebol de 11 do «defeso», do Sector Autónomo de Bissau. Este campeonato, organizado pelo departamento de Cultura, Desporto e Recreação da Juventude Africana Amílcar Cabral, movimentou 36 equipas, provenientes dos diversos bairros da capital dos departamentos estatais, empresas e estabelecimentos de ensino.

Esta cerimónia foi marcada com um desfile de todos os participantes devidamente equipados, tendo à cabeça da marcha festiva, um grupo de Pioneiros «Abel Djassi». Após o toque do Hino Nacional e o içar das bandeiras, com os atletas perfilados diante da tribuna de honra, escutaram-se vários discursos alusivos ao acontecimento, pronunciados pelos camaradas, João da Costa, Secretário Nacional da JAAC, Avito José da Silva, presidente da Federação Nacional de Futebol, e Fernando Delfim da Silva, secretário nacional do DCDR da JAAC.

A cerimónia de abertura que antecedeu ao jogo inaugural entre as equi-

pas de, Plubá, e de Cuntum, com vitória da primeira (2-0), contava com a presença, na tribuna de honra, do camarada Otto Schacht, Secretário do CNG do PAIGC, e vários outros dirigentes do Partido e do Estado.

Os jogos deste campeonato que deve terminar no mês de Setembro, serão disputados nos seguintes seis campos de Bissau: Estádio Lino Correia, Bairro d'Ajuda, Hospital 3 de Agosto, Bandim, CICER e Marinha. As 36 equipas estão divididas em 6 séries, com seis equipas cada uma. Depois da realização das cinco jornadas da primeira volta, as equipas aí classificadas em

primeiro lugar, passarão para a segunda fase. Esta será realizada por eliminação até se achar o vencedor deste campeonato.

O critério de pontuação é o seguinte: 3 pontos para a vitória, 2 pontos para o empate e 1 ponto para a derrota. A equipa que tiver duas faltas de comparência, fica automaticamente eliminada do campeonato.

JOGO INAUGURAL: PLUBÁ, 2 — CUNTUM, 0

A equipa do Bairro de Plubá surpreendeu-nos com um futebol de classe, evidenciando frente à do Bairro de Cuntum, no sá-

bado à tarde. Este foi o jogo inaugural do campeonato de futebol do defeso, organizado pela JAAC. Chegou-se ao fim da partida com o resultado de duas bolas a zero, a favor dos plubenses.

De uma maneira geral, o jogo decorreu sob pressão da equipa do Plubá, que demonstrou possuir um conjunto homogéneo e, individualmente, de bons executantes. Os adversários que, durante a primeira parte estiveram completamente apagados, acusando falta de treino de conjunto, adaptaram-se melhor ao terreno na segunda parte, e deram uma boa réplica.



Farmácias

HOJE — FARMEDI N.º 2 — Bairro de Belém, telefone 3473.

AMANHÃ — HIGIENE — Rua António N'Bana, telefone 2520.

Cinema

SESSÕES DE FILMES COREANOS

HOJE — «O Homem Saudoso»
AMANHÃ — «Cenário Aéreo»

Nô Pintcha

Trisemanário do Comissariado de Informação e Cultura — Sai às terças, quintas e sábados.

Serviço Informativo das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP, Prensa Latina, APN e Nova China.

Redacção, Administração e Oficinas — Avenida do Brasil — Telef.: Redacção 3713/3728 — Administração e Publicidade, 3726.

Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:

Seis meses	450,00 P.G.
Assinatura (Via Aérea) África, Europa e América:	
Seis meses	550,00 P.G.
Um ano	700,00 P.G.

Desenvolvimento do sistema cooperativo no Níger

— anunciou o presidente Kountche

NIAMEY — O Níger será brevemente dotado de um projecto de sociedade de desenvolvimento baseado num sistema cooperativo, anunciou na sexta-feira o presidente Seyni Kountche.

Num discurso pronunciado em Niamey, perante os quadros administrativos, o presidente Kountche traçou um quadro mais completo desta sociedade de desenvolvimento cuja aplicação está prevista para o próximo ano.

A organização do mundo rural em cooperativas, será a primeira tarefa a realizar, a fim de levar os camponeses a participarem no processo de desenvolvimento do Níger. Neste quadro, cada aldeia ou acampamento seria dotado de um «Grupo Mutualista de Aldeia» (GMV) ou «Grupo Mutualista de Acampamento» (GMC), cujo papel seria não só o de comercializar os produtos agrícolas (como as cooperativas que funcionam actualmente

no país) mas também de gerir a produção incluindo a utilização de novas técnicas de cultura e de melhoramento de solos.

A nível de cantão haverá, segundo o novo modelo, uma ou várias cooperativas, a nível de bairro uma união de cooperativas, a nível de departamento, uma união departamental de cooperativas e a nível nacional uma união nacional de cooperativas.

O presidente nigeriano acrescentou que a socie-

dade de desenvolvimento será organizada nas aldeias em células de desenvolvimento cuja secção de «produção» agrupará os GMV e os GMC, enquanto que a secção de «animação sócio-cultural» será confiada às organizações de juventude «Samaria».

A partir do cantão e até ao nível do Conselho Nacional de Desenvolvimento, representantes da associação das Mulheres, dos chefes tradicionais, da associação islâmica,

dos antigos combatentes, dos comerciantes, do sindicato nacional dos trabalhadores e dos representantes da administração serão integrados aos delegados das cooperativas e dos «Samaria», formando assim uniões de células de desenvolvimento (cantão), conselho de bairro de desenvolvimento, conselhos regionais de desenvolvimento (departamento) e o conselho nacional de desenvolvimento. — (FP)

LUTA NO ZIMBABWÉ

DAR ES SALAM — Os combatentes da liberdade do Zimbabwé mataram 1500 soldados rodesianos durante os combates travados nos seis primeiros meses deste ano, indicou um relatório apresentado na semana passada ao Comité de Libertação da OUA pelo vice-presidente da ZANU, Simon Muzenda. O relatório acrescentou que cinco helicópteros foram abatidos e nove campos militares rodesianos completamente destruídos. (FP)

COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA OUA

DAR ES SALAM — Os três comités permanentes do Comité de Libertação da OUA recomendaram uma maior ajuda aos movimentos de libertação, afirmaram a urgente necessidade da luta armada na África do Sul e constatarem o reatamento das relações desportivas entre alguns clubes de «rugby» britânicos e os regimes racistas da Rodésia e África do Sul. (FP)

WALDHEIM VAI A ANGOLA

LUANDA — O secretário-geral da ONU, Kurt Waldheim, visitará Luanda de 14 a 16 de Julho. Fontes das Nações Unidas indicaram que Waldheim poderá avistar-se com os representantes dos cinco países da «linha de frente» e com o da SWAPO. (FP)

SEMINÁRIO AFRICANO SOBRE A INFÂNCIA

ARGEL — «O desenvolvimento da criança necessita da libertação do país em que ela vive», declarou Mohamed Karroubi, ministro argelino de Educação, ao discursar num seminário africano sobre a Infância, que decorre desde sábado em Argel. O seminário foi organizado pela Organização Panafricana das Mulheres e pela União Nacional das Mulheres Argelinas, para comemorar o Ano Internacional da Criança. (FP)

NEGOCIAÇÕES SINO-VIETNAMITAS

Dinh Nho Liem, vice-ministro vietnamita de Negócios Estrangeiros, encontra-se desde ontem em Pequim, para recomenciar as negociações sino-vietnamitas interrompidas a 18 de Maio último, e que visam normalizar as relações entre os dois países. — (FP)

“Mês de solidariedade” com o povo da Coreia

PYONG GYANG — Por ocasião do início ontem do «Mês de Solidariedade» (25 de Junho a 25 de Julho), com a luta do povo coreano por uma reunificação pacífica e independente da Coreia, os partidos políticos e as organizações de massa da República Popular Democrática da Coreia enviaram a n t e o n t e m uma mensagem aos partidos políticos, às organizações de massa e às forças políticas de todos os países.

Este documento afirma que a reunificação da Coreia simboliza as aspirações de todo o povo coreano e que deve realizar-se por uma via pacífica, numa base democrática independente, sem nenhuma ingerência estrangeira. A mensagem apela os Estados Unidos a parar imediatamente o aumento das suas forças armadas na Coreia do Sul e a retirar as suas tropas, como exige uma resolução da ONU (Tass)

OCAM vai reorganizar-se

COTONU — A décima cimeira da Organização Comum Africana e Mauriciana (OCAM) começa hoje na capital do Benin, na presença de seis dos nove chefes de Estado e de governo que fazem parte da organização. Entre as três ausências, a mais notada é a do imperador Bokassa.

O Senegal e as Ilhas Maurícias serão representados pelos seus ministros dos Negócios Estrangeiros, enquanto as Seychelles e o Burundi participarão como observadores.

Ao discursar ontem no encerramento da sessão ministerial preparatória,

o ministro beninense dos Negócios Estrangeiros, Michel Alladaye, actual Presidente do Conselho de Ministros da OCAM, indicou que o Conselho propôs soluções com vista a uma remodelação completa das diferentes estruturas da organização conforme a orientação definida em Bangui de modo a dotar a OCAM de meios suficientes para um controle financeiro mais eficaz.

Os participantes examinarão o relatório preparado pelos ministros, assim como diversas questões elaboradas pelas quatro comissões — assuntos jurídicos, administrativos e

orçamentais, culturais e sociais, económicos, financeiros e dos transportes.

Entre estas questões, a mais importante referem-se à criação de uma companhia multinacional de navegação marítima, melhoramento das ligações aéreas inter-africanas e os projectos de industrialização dos Estados da OCAM numa base regional.

Além do Senegal, das Ilhas Maurícias e do Império Centro-Africano, fazem parte da OCAM a Costa do Marfim, Benin, Alto-Volta, Níger, Rwanda e Togo. — (FP)

Angola: campanha de politização das empresas

LUANDA — O Bureau Político do MPLA tomou uma série de medidas no quadro de uma campanha de politização das empresas, a fim de aumentar a produção dos sectores industrial, agrícola e alimentar.

Uma lei que visa sensibilizar os trabalhadores punirá o absentismo. O Bureau Político recomendou um estrito controle financeiro das empresas e uma melhor organização e gestão, nomeadamente na importação de matérias-primas e peças sobressalentes.

Um comunicado publicado na sexta-feira indicou que a assistência técnica estrangeira deve ter melhor aplicação nos sectores alimentar, de vestuário e calçados. O Bureau Político pediu também a consolidação e o reforço do sector do Estado, assim como uma melhor protecção das empresas nacionais contra a sabotagem.

Por seu lado, o Conselho da Revolução reuniu-

se na semana passada em Luanda, sob a presidência de Agostinho Neto, tendo analisado a situação militar e os principais aspectos da política interna e externa. Quatro leis, sobre o recenseamento militar, a nomenclatura dos organismos do Estado, os investimentos estrangeiros e o tráfico de diamantes, foram examinadas e aprovadas pela instância suprema do Estado angolano.

NETO NO CONGO

O presidente do MPLA e da República Popular de Angola, Agostinho Neto, inicia amanhã uma visita de amizade à República Popular do Congo. O presidente será acompanhado por uma importante delegação do Bureau Político. Será a primeira visita do presidente Neto ao Congo desde a eleição de Denis Sassou Nguesso como chefe do Partido e do Estado, durante um congresso extraordinário do PCT realizado no início do ano. (FP)



Cinco dos nove chefes de Estado que iniciam hoje em Cotonu a décima cimeira da OCAM. Da esquerda para a direita (Kountche do Níger, Lamizana do Alto-Volta, Houphouet-Boigny da Costa do Marfim, Eyadema do Togo e Kerekou do Benin)

Liberais dominam novo governo da Dominica

HAVANA — Nenhum representante das organizações progressistas que lutaram contra o regime de Patrick John, faz parte do novo governo da Dominica, formado na sexta-feira, e cujo Primeiro-Ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros é Oliver Serafin, antigo mi-

nistro da Agricultura no regime anterior.

O novo gabinete é composto quase só por representantes do Partido Conservador da Liberdade da Dominica e do Partido Trabalhista, que esteve antes no poder.

As organizações progressistas é que lideraram

a greve geral conduzida sob a palavra de ordem de anulação da lei repressiva, de melhoramento da situação económica das massas e de luta contra a corrupção assim como pela ruptura das relações com a África do Sul racista, e que conduziu à queda do antigo governo. (Tass)

Moçambique começou a alcançar a produção anterior à independência

MAPUTO — A situação económica de Moçambique foi discutida durante uma sessão plenária do Comité Central da Frelimo, cujos participantes ouviram e aprovaram o relatório apresentado pelo camarada Samora Machel, presidente do Partido e da República Popular de Moçambique.

Os delegados constatarem que as directivas do desenvolvimento social e económico de Moçambique elaboradas pelo terceiro congresso da Frelimo são aplicadas e representam uma base de reconstrução nacional para todo o país. As resoluções votadas na sessão plenária salientam a necessidade de aperfeiçoar a planificação da economia, de aumentar a produtividade do trabalho e de melhorar a actividade

dos organismos do partido a todos os níveis.

Os delegados aprovaram ainda a actividade do Comité Político Permanente com vista a aplicação das resoluções do terceiro congresso do partido no domínio das relações internacionais, e aconselharam o reforço das relações de amizade e de cooperação com os partidos marxistas-leninistas irmãos.

TERMINOU A REUNIÃO DA ASSEMBLEIA POPULAR

O presidente Samora Machel declarou perante a Assembleia Popular moçambicana que Moçambique não conseguiu atingir os objectivos de produção da castanha de cajú, nem dos principais produtos de exportação do

país, como óleo, cimento e carvão, mas que alguns objectivos do novo plano económico respeitantes à castanha de cajú, açúcar, camarões e cerveja poderão ser realizados no decorrer do novo ano fiscal.

Apresentando o plano de desenvolvimento económico para 1979-1980, o chefe de Estado moçambicano sublinhou que as cifras de produção anteriores à independência e à partida dos técnicos portugueses já começaram a ser alcançadas, mas que ainda devem ser aumentadas para satisfazer as necessidades.

No que respeita ao domínio prioritário da educação, o chefe de Estado moçambicano indicou que 1.610.000 moçambicanos frequentam as escolas, três vezes mais que em 1973. Anunciou também

que 100 mil adultos aprenderam a ler durante uma campanha de alfabetização.

O discurso do presidente Samora Machel encerrou a quarta sessão da Assembleia Popular que se encontrava reunida desde 18 de Junho. Durante esta sessão, foram adoptados projectos de lei relativos à nacionalização das terras e dos edifícios, e à autorização do comércio privado nas zonas rurais. Também foram ratificados os tratados de amizade e de cooperação assinados por Moçambique com Angola, RDA, Bulgária e Roménia. O presidente Samora Machel declarou que estes tratados são «uma arma para a liquidação da herança que o colonialismo português nos legou. — (TSS, FP)

Suspensa a venda de divisas para compra no exterior

Estão suspensas todas as autorizações de compra de divisas para a aquisição de bens no exterior, nomeadamente de viaturas e peças sobressalentes. A decisão foi comunicada aos departamentos públicos e privados em circular despachada pelo Comissário Principal do Conselho dos Comissários de Estado, datada de 7 de Junho corrente.

Só serão abertas excepções para casos especiais: mas mesmo estes serão autorizados directamente pelo Presidente do Conselho de Estado ou pelo Comissário Principal, mediante parecer prévio do Banco Nacional da Guiné-Bissau. Anteriormente, todas as autorizações eram concedidas pelo Comissariado do Comércio, Indústria e Artesanato.

A referida circular que destaca a questão da compra de «viaturas e peças sobressalentes», acentua ainda a necessidade de um aproveitamento mais racional das escassas disponibilidades que temos em divisas.

Esta decisão incere-se aliás no quadro das medidas de austeridade recentemente preconizadas pelo nosso governo.

Primeiros créditos agrícolas a combatentes

(Cont. da 1.ª pág.)

bens móveis e imóveis e a capacidade económica do indivíduo) e especialmente o facto de o crédito não ter sido concedido directamente pelo Banco, mas sim pelas Finanças, leva o Comissário Paulo Correia a classificar esse tipo de ajuda como «um gesto fundamentalmente político que revela uma profunda compreensão e preocupação, por parte do nosso Partido e Estado, na resolução da actual situação, um pouco difícil, dos nossos camaradas que, durante a guerra, demonstraram uma militância exemplar na libertação do país e que hoje se encontram desmobilizados»

Solicitado a explicar se esse «crédito especial» poderá ou não beneficiar grupos colectivos agrícolas — como sejam cooperativas ou sociedades — sem se limitar a pedidos individuais, o camarada Paulo Correia adiantou que é possível abranger até cooperativas. Simplesmente, essa prática ainda está no início e os pedidos feitos têm sido individuais.

Uma outra particularidade tomada em consideração pelo nosso informador a esse respeito, é de que, apesar de os pedidos serem feitos individualmente, alguns o fazem com a intenção de fecharem bolanhas às inundações de água salobra po-

dendo, nessa medida, beneficiar grande número de camponeses integrados na zona. De facto, são por menores que os responsáveis agrícolas de cada região devem seguir atentamente a fim de evitar problemas entre os camponeses, e exigir aos agricultores comprometidos com o crédito a responsabilidade de pagamento do mesmo.

Efectivamente, têm incidência neste crédito (directa ou indirectamente, os comissariados dos Combatentes da Liberdade da Pátria, Desenvolvimento Rural, Finanças e

o Banco. O primeiro tem a responsabilidade política de confirmar a qualidade moral e de militância dos antigos combatentes, por intermédio dos comités regionais; o Desenvolvimento Rural encarrega-se de questões técnicas, controlando o trabalho agrícola, confirmar as perspectivas e o rendimento dos terrenos de lavoura e dar orientações técnicas nos cuidados fitossanitários; por seu turno, o Banco será informado oficialmente de tudo quanto entram nos assuntos financeiros de cada bolanha.

(Cont. da 1.ª pág.)

O Encontro, a efectuar-se na sala de reuniões dos Recursos Naturais, deverá contar com a presença de mais de 50 técnicos provenientes de todas as regiões. A abertura solene, realiza-se às oito horas de hoje, prevê-se, com um discurso da direcção do Comissariado do Desenvolvimento Rural, e intervenção de um membro do Governo convidado, o camarada Vasco Cabral, Comissário da Coordenação Económica e Plano.

A reunião decorrerá durante os dois períodos do dia, abarcando temas de análise sobre a campanha orizícola de 1978 e formas de melhoramento do

aumento de produção, relatório das actividades do CENEMAC (Centro Nacional de Experimentação e Multiplicação de Arroz de Contuboeil) e os resultados alcançados com a experimentação do ano agrícola passado.

Entre outros relatórios a apresentar, contam-se os da divisão de multiplicação de sementes 1978, estatística do arroz, política de recuperação de bolanhas para 1980, situação das restantes culturas alimentares, identificação dos principais insectos depredadores, questões de alfabetização no mundo rural e o ponto da situação do DEPA — Departamento de Experimentação e Produção de Arroz.

Banco Islâmico de Desenvolvimento

(Cont. da 1.ª página)

representa uma parte enorme da produção e exportação da Guiné-Bissau e, por outro lado, graças à exportação do produto manufacturado, vai permitir equilibrar a balança comercial e de pagamento da Guiné-Bissau.

A delegação do BDI, que era ainda composta por Nasin Sidditui terminou ontem a sua visita ao nosso País. Essa visita tinha como objectivo discutir com o Governo da Guiné-Bissau o financiamento de vários projectos em que o Banco pode intervir. Nos encontros que a delegação teve com os Comissários de Estado da Coordenação Económica e Plano, Transportes e

Turismo, Desenvolvimento Rural e com o Presidente do Instituto Nacional de Energia, discutiram-se além da questão de Cumeré, as possibilidades de financiamento do BID nos projectos de barragem de Gambiel, reconstrução do aeroporto de Bissalanca, do porto de Bissau, e de navegação fluvial.

Quanto ao projecto de Cumeré (de que publicaremos brevemente uma reportagem) a delegação deslocou-se no domingo, acompanhado pelo director-geral do projecto, camarada engenheiro Afonsecá, às regiões de Bafatá e Gabú, onde visitaram os centros de produção da mancarra. «Ficámos impressionados com as acções de desenvolvi-

mento nessas regiões. Conseguimos inteirar-nos do esforço do vosso Governo e as dificuldades que encontra para efectuar esse desenvolvimento. Estamos dispostos a colaborar com tudo o que for possível mas, infelizmente, muitos projectos não têm estudos, nem dossiers que possam ser remetidos imediatamente ao Banco Islâmico de Desenvolvimento. Depois de Cumeré, podemos dizer que serão financiados os estudos dos diversos projectos em vista», — precisou ainda o delegado do BID.

Também, como nos confirmou, a Guiné-Bissau vai enviar um pedido de financiamento para assistência ao Comércio Ex-

terno principalmente no que respeita à importação petrolífera e material de construção. Esta operação vai ser feita rapidamente para que o nosso país resolva no máximo o seu problema de importações.

Ainda sobre o projecto do Complexo de Cumeré, o dr. Abou Diakité disse que, agora no seu regresso, apresentará um relatório ao Conselho de Administração e, uma vez aprovado, começará a ser posto em prática. Sobre os outros projectos, o Presidente do Conselho de Administração será informado das discussões tidas em Bissau e, assim que receberem os estatutos técnicos começarão a ser estudados.

Autodeterminação do Sahara

(Cont. da 1.ª pág.)

e do Comité dos «Sábios» sobre o Sahara Ocidental, pediu ao rei Hassan II do Marrocos para retirar a «queixa» apresentada contra a Argélia ao Conselho de Segurança da ONU.

Na mensagem enviada às autoridades marroquinas, o chefe de Estado sudanês afirma que «a nossa Organização da Unidade Africana, encontrando-se na posse do dossier do diferendo, o qual continua a examinar, considera que convém manter o carácter autenticamente africano deste dossier». Soube-se que o chefe da diplomacia marroquina, Mohamed Boucetta, enviou uma mensagem ao presidente do Conselho de Segurança pedindo-lhe para suspender a discussão da «queixa» marroquina.

Na sexta-feira passada, o representante mauritaniano na ONU, Ahmed Ould Taya, lançou um apelo a todas as partes implicadas no conflito do Sahara Ocidental para se «absterem de todo o acto de natureza a comprometer a paz e a segurança no noroeste de África». (FP)